

## O palanque de ACM

Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, faturou sozinho o recesso parlamentar, servindo-se do vazio político de Brasília para pautar o debate do segundo semestre. Não só conseguiu ganhar do governador Mário Covas a disputa pela sede de uma fábrica da Ford, como, de quebra, inseriu na agenda política o debate em torno da criação de um imposto contra a pobreza.

O tema, patrimônio histórico da esquerda, ganha a cena política pela direita. Ontem, enquanto o governador Mário Covas, debatia-se contra a crise de emprego que paira sobre o ABC paulista (e à qual ACM deu sua preciosa contribuição), o senador reinava absoluto diante de uma platéia de jornalistas em Brasília, explicando os termos e o modus faciendo de seu imposto antipobreza.

O exame inicial do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (esse o nome pomposo do imposto) mostra que

é mais problemático do que sugeriu anteriormente o senador. A proposta contém aumento de impostos, inclusive sobre pessoa física. E vai além: cria sua versão da taxa Tobin, sob a forma de um imposto sobre as contas CC5. Ou seja, sua proposta não se atém às fontes internas de recursos, mas interfere nos próprios fluxos internacionais de capitais. Para o Congresso, a forma de apresentação é perfeita, pois permite amplo jogo de conciliações e negociações.

**“Quem pode ficar contra uma iniciativa para acabar com a pobreza?”**

**Antonio Carlos**

do-lhe um viés tecnocrático, que muito o apraz. Dessa forma, cria-se a dicotomia entre político e burocrata: um, o político, quer fazer; outro, o burocrata, quer impedi-lo. De que lado ficará a população? Um doce para quem adivinhar. É como ACM disse desde o início: quem pode ficar contra uma iniciativa para acabar com a pobreza? Mais uma vez,

conseguiu pautar o debate.

O PT, único partido que havia legislado nessa matéria, através de proposta de renda mínima (ou imposto de renda às avessas), de autoria do senador Eduardo Suplicy (SP), vê-se agora a reboque de alguém que é a mais acabada expressão de tudo o que o partido considera politicamente incorreto. O senador Suplicy empenha-se para que sua proposta seja atrelada à de ACM, ganhando assim consistência e chances operacionais de ser apreciada.

ACM acha que a disputa pela paternidade da matéria torna-se irrelevante. E que ONGs e instituições que há anos discursam contra a miséria (CNBB, OAB etc.) serão postas contra a parede quando a matéria começar a tramitar no Congresso. Não poderão se omitir sob pena de comprometer um trabalho tão antigo. E, envolvendo-se, não terão como evitar a incômoda parceria com o presidente do Senado. Que, mais que nunca, começa a fincar as estruturas de seu palanque eleitoral com vistas à sucessão presidencial de 2002. Pensa tanto no assunto que, ontem, garantiu que não pensa.